

A relevância das teorias de Popper, Kuhn e Lakatos para as discussões metodológicas em economia

Eduardo Strachman¹

Resumo

O artigo apresenta as principais idéias de Popper, Kuhn e Lakatos, analisa os impactos destas sobre as discussões metodológicas em economia, e tece algumas comparações entre estes autores, tanto em termos gerais quanto no que se refere à própria ciência econômica. Avalia também, brevemente, alguns dos desenvolvimentos e impasses recentes em que se encontra a metodologia da economia.

Introdução

Nos últimos 60 anos, ou seja, pelo menos desde Hutchison (1938), grande parte da discussão metodológica na economia foi dominada por adeptos de Popper, principalmente a partir de 1959, com a tradução tardia e ampliação de sua *Lógica da Descoberta Científica* (1934) para o inglês. Entretanto, esta hegemonia popperiana entre os economistas começa, nos anos 60 e 70, a ser posta em xeque, inicialmente por Kuhn – mas de uma maneira um pouco enviesada, pois isto ocorre, principalmente, somente após uma maior divulgação das teorias de Lakatos entre os economistas, a partir de 1974 –, e depois pelo próprio Lakatos, a partir desta mesma data e de um congresso científico realizado por Latsis na Grécia (Latsis, 1976).

Contudo, não se pode esquecer que, paralelamente a estes desenvolvimentos, surgem, em meados dos anos 50, dois ensaios importantes a favor de uma metodologia verificacionista e empirista, e que causam certo furor entre muitos economistas: o ensaio de Friedman (1953) e uma contribuição semelhante de Machlup (1955). Estas foram as principais

¹ Doutorando – UNICAMP. Instituto de Economia (IE)/Pesquisador UNICAMP. NEIT. IE. Agradeço aos colegas Marcos R. Vasconcelos e José Ricardo Fucidji pelos inúmeros comentários, alguns desenvolvimentos conjuntos, e pela autorização para a publicação deste artigo, já que este se compõe de resultados parciais de um projeto coletivo (Vasconcelos, Strachman & Fucidji, 1998). Agradeço também a dois pareceristas anônimos. Contudo, saliente-se que quaisquer erros, que porventura existirem, são de minha exclusiva responsabilidade.

correntes metodológicas que dominaram a ciência econômica até o início dos anos 80, com a publicação do famoso ensaio de McCloskey (1983).

O presente artigo pretende retomar, em suas linhas gerais, a evolução da metodologia da economia, desde o final dos anos 30, com ênfase nos desenvolvimentos de Popper (item 1), Kuhn (item 2) e Lakatos (item 3). Para isso, recupera os principais aspectos e obras destes três autores e, a partir disto e de uma comparação entre eles (item 4), analisa seus impactos sobre a metodologia da economia, tendo como pano de fundo as idéias empiristas e verificacionistas de Friedman e Machlup (item 5). Em seguida, apresenta alguns dos desenvolvimentos e impasses mais recentes na metodologia da economia (item 6), já em fins dos anos 90, para, no final, fazer algumas considerações de ordem geral.

1 Os conceitos falseacionistas de Popper

Como se sabe, Popper começa a desenvolver seus critérios de falseamento a partir de uma controvérsia com os positivistas lógicos do Círculo de Viena, no final dos anos 20 e início dos 30.² Estes últimos haviam escolhido a *verificabilidade* como seu “*critério de significância cognitiva*” (Caldwell, 1991: 2), o que requeria, para que uma afirmação fosse considerada *cognitivamente significativa*, que esta fosse, pelo menos em princípio, passível de ser verificada por observação. Contudo, Popper rejeitou este critério, pois dependia do princípio da indução (Popper, 1963: 81-87, 94; Caldwell 1991: 3-4, 8; Hands, 1993: 62).³ Embora Popper também estivesse preocupado com critérios de demarcação, não aceitava a dicotomia entre

2 Esta idéia surge pela primeira vez na sua *Logik der Forschung*, de 1934 (Hands, 1993: 62; Lakatos, 1970: 124). Ver também Popper (1963: 63-64). Note-se que, segundo Popper (1963: 43, 54), as origens do falibilismo remontam a Xenófanes, passando por Demócrito e Sócrates.

3 Isto porque, por meio do princípio da indução, mesmo afirmações com grandes possibilidades de serem absurdas como, por exemplo, “unicórnios existem”, são passíveis de serem verificadas, pelo menos em princípio, por observação, se for possível encontrar um unicórnio, mas não de serem falseadas, ainda que sejam falsas. Logo, por este critério, “a afirmação ‘unicórnios existem’ teria que ser considerada uma parte da ciência.” (Caldwell, 1991: 2). Sobre o problema simétrico da *inverificabilidade* de leis universais, o que as tornaria, paradoxalmente – pelo critério da *verificabilidade* –, não científicas, cf. Caldwell (1991:2-3). E com relação ao impasse em que os filósofos da ciência se encontravam, neste período, por não estarem conseguindo minimamente lidar com o princípio da indução – necessário à ciência –, não tendo qualquer critério de demarcação, Russel (1946: 209-210), Lakatos (1970: 115) e Caldwell (1991: 3).

significantes e não significantes, para separar o que fosse científico do que não fosse.⁴ Em seu lugar, desenvolveu o critério de *falseabilidade*.

Lakatos (1970: 224-225) distingue vários “Poppers”, de acordo com a evolução de seu pensamento e de seu critério de falseabilidade. O Popper₀ teria começado como *falseacionista dogmático*, nos anos 20, “mas logo compreendeu a insustentabilidade de sua posição e não publicou coisa alguma antes de inventar o *falseacionismo metodológico*.” (p. 224, ênfases no original). Assim, o Popper₀, se distingue por sumariamente descartar proposições ou teorias que tenham sido falseadas concreta e conclusivamente, e por afirmar que as proposições fatuais, *não-tautológicas*, para serem científicas, precisam ser potencialmente falseáveis. Para isso, precisa-se determinar, de antemão, as condições nas quais uma experiência pode gerar resultados falseáveis, isto é, condições nas quais se os resultados desta experiência contradisserem as proposições iniciais, estas proposições e teorias terão que ser abandonadas. A impossibilidade de sujeitar as proposições a essas formas de experimento as transformaria em metafísicas, ou seja, em não científicas. Já Popper₁ é o *falseacionista ingênuo* e Popper₂ é o *falseacionista sofisticado*. Estes dois compõem o *falseacionista metodológico*.

O *falseacionista ingênuo*, ou Popper₁, difere do *falseacionista dogmático* por perceber que o cientista precisa, para “observar” os fatos, de um conhecimento e/ou de técnicas prévios, os quais ele considera, pelo menos durante a “observação”, como “provados”. Caso contrário, o cientista não conseguiria fazer afirmação alguma, tendo que principiar sempre dos dados mais fundamentais.⁵

4 Ou seja, que fosse metafísico: “Portanto, para Popper, algumas afirmações podem ser não científicas mas ainda significativas (*meaningful*).” (Caldwell, 1991: 2). Mais à frente Caldwell (1991: 23) cita o próprio Popper, em uma afirmação mais recente, em que este relativiza a diferença entre ciência e metafísica, postulando que esta última é mais vaga e inferior, sem dúvida, do que a primeira, devido à impossibilidade de ser refutada. Mas se uma teoria metafísica pudesse ser criticada racionalmente, ele aceitaria considerá-la como verdadeira, pelo menos tentativamente.

5 Popper (1963: 80-86). De acordo com Lakatos (1970: 129-130, citando Popper, 1963: 390) “nas ‘técnicas experimentais’ do cientista estão envolvidas teorias falíveis, à ‘luz’ das quais ele interpreta os fatos. Apesar disso, ‘aplica’ essas teorias, encara-as no contexto dado, não como teorias que estão sendo testadas, mas como *conhecimento não-problemático de fundo* ‘que nós aceitamos (tentativamente) como não-problemático enquanto testamos a teoria’... O falseacionista metodológico [ingênuo] *usa nossa teorias mais bem sucedidas como extensões dos nosso sentidos... A necessidade de decisões para demarcar a teoria que está sendo testada do conhecimento de fundo não-problemático é um traço característico dessa classe de falseacionismo metodológico.*” (itálicos no original). Ver também Caldwell (1991: 3); Hands (1993: 63-64) e Dow (1997: 76), a respeito da tese Duhem-Quine e de outros problemas que tornam duvidosas e incertas a interpretação de uma “experiência”, além do próprio Popper (1963: 49-51, 55-56, 66-68, 71, e notas 7 e 8).

Portanto, o *falseacionista ingênuo* prescreve uma atenção *extra* aos problemas da “observação”. Para isto, insere uma *primeira rede de segurança* com relação ao *falseacionista dogmático*: a prescrição da repetição de um experimento por um determinado número de vezes, a fim de tornar bem corroborada uma hipótese falseadora (Lakatos, 1970: 131-136; Kuhn, 1970a: 6, 20-21, 27). Mas, uma vez que tenha sido “suficientemente” corroborada, o *falseacionista ingênuo* determina que se a descarte imediatamente.⁶

Já Popper₂, o *falseacionista sofisticado*, diverge do *falseacionista ingênuo* por perceber que uma evidência contrária, corroborada pela experiência, não é condição suficiente para descartar uma teoria, se não se possui uma melhor (Lakatos, 1970: 148-150). Ou seja, o *falseacionista sofisticado* não despreza uma explicação teórica “falseada”, sem maiores considerações, se não tem uma teoria melhor para substituí-la. Isto significa a extensão de uma *terceira rede de segurança* contra rejeições de teorias promissoras.

Um segundo aspecto, derivado do exposto acima, é que o *falseacionista sofisticado* somente aceitará uma teoria como científica, se esta propiciar um excesso corroborado de conteúdo empírico em relação à sua predecessora (ou rival) e/ou se levar à descoberta de fatos novos, não-esperados (Lakatos, 1970: 141; Dow, 1997: 77). Logo, é preciso verificar, primeiramente, se esta teoria prevê teoricamente um excesso de conteúdo empírico e, num segundo passo, se este excesso é corroborado.⁷

6 Uma última chance para a teoria refutada seria sua reformulação, de acordo com um artifício *ad hoc*, tornando-a “nova” e, se possível, novamente testável. Neste caso, Popper₁ admite uma nova crítica e eventuais novos testes para esta “nova” teoria, ou seja, uma *segunda rede de segurança* contra refutações equivocadas. Popper₁ também enfatiza a assimetria entre a confirmação e a refutação de uma teoria, pois uma só evidência contrária, desde que corroborada, seria suficiente para descartar uma proposição teórica, ao passo que, devido ao seu antiindutivismo radical, não há um número finito de observações que possa confirmar definitivamente uma proposição (Popper, 1963: 71-72, e nota 8; Backhouse, 1994: 175; Dow, 1997: 75-76).

7 Por exemplo, Popper (1963: 86-88, 91, 94), inclusive para uma oposição nitidamente frontal a teorias verificacionistas do tipo friedmaniano. Para Lakatos (1970: 142), “a primeira cláusula pode ser conferida instantaneamente por uma análise lógica a priori; a segunda só pode ser conferida empiricamente e isso talvez leve um tempo indefinido.” Lakatos (1970: 142) chega a afirmar, posteriormente, que uma nova teoria tem que dar conta de “todo o conteúdo não refutado” da teoria anterior, “dentro dos limites de erro observacional”. Cf. também Hands (1993: 65).

Essa solução é proposta a fim de se ter um critério de demarcação contra meros expedientes ad hoc para “salvar” teorias. Assim, se as novas teorias predizem um excesso de conteúdo empírico em relação à(s) sua(s) antecessora(s), então a *transferência de problemas* (ou *transferência de teorias* – Lakatos, 1970: 144, nota 110) da primeira teoria para a posterior é considerada *teoricamente progressiva*, ou “científica” – e “pseudocientífica” em caso contrário –, sendo que estas qualificações só devem ser aplicadas a uma série de teorias, nunca a teorias isoladas. Esta transferência de problemas será também *empiricamente progressiva*, “se parte desse conteúdo empírico excessivo for também corroborado” (Lakatos, 1970: 144). Como síntese, Lakatos vai chamar de *progressiva* a transferência de problemas que for simultaneamente, *teórica e empiricamente progressiva*, e de *degenerativa* nos casos em que isso não ocorrer. Isto confere um caráter histórico ao “falseamento” de teorias (Lakatos, 1970: 144-161).

Como conseqüência, nem mesmo o “falseamento” no sentido *ingênuo* é necessário para que ocorra um “falseamento” no sentido *sofisticado*, ou seja, uma *transferência degenerativa de problemas*. Na verdade, é assim que ocorrem geralmente os processos de “falseamento” nas ciências (Lakatos, 1970: 148; Kuhn, 1970a: 16, 19-20; Watkins, 1970: 38-40). É por isso também que se torna importante a proliferação de teorias. É preciso salientar também que, devido ao conjunto de processos acima descritos para a refutação e/ou escolha entre teorias, o *falseamento sofisticado* é mais lento do que o *falseamento ingênuo*, porém mais seguro (Lakatos, 1970: 153).⁸

Um último aspecto importante, mas que já deve ter sido notado e que distingue o *falseacionista sofisticado* do *ingênuo*, é que o primeiro estende ainda uma *quarta rede de segurança* contra “refutações” apressadas, conferindo possibilidades adicionais de apelação contra estas, ao possibilitar o questionamento dos critérios das próprias experiências. Isto torna o

⁸ Portanto, uma ênfase menor foi posta sobre a falseabilidade, dando-se, em contraposição, realce à capacidade de predição de fatos novos, inesperados. Este último ponto vai ser retomado e destacado pelo próprio Lakatos, em sua Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica (MPPC) (Lakatos, 1970; Backhouse, 1994: 175 e Hands, 1993: 65). Note-se que este relevo posto sobre a capacidade de prognosticar fatos novos já havia sido mencionado por alguns autores, no mínimo, desde meados do século XIX (Backhouse, 1994: 175).

desenvolvimento científico ainda um pouco mais lento, mas menos arriscado e dramático (Lakatos, 1970: 156-161).⁹

2 A crítica de Kuhn à “pureza” lógica no desenvolvimento da ciência

Em 1962 é publicada a primeira edição de “*A estrutura das revoluções científicas*”,¹⁰ a qual, a despeito de quaisquer críticas que tenha recebido posteriormente, inegavelmente causou um grande abalo na forma como eram vistas a história e a metodologia da ciência, principalmente naquela de perspectiva popperiana e na defendida pelos empiristas lógicos.¹¹

Kuhn procurou mostrar, de uma perspectiva sociopsicológica escorada na história das ciências,¹² que estas evoluem, “normalmente”, em torno da resolução de “enigmas”, pequenos problemas que os cientistas buscam resolver no interior de um conhecimento científico aceito (Kuhn, 1970a: 9; 1970b; Hausman, 1994: 197). Este conhecimento aceito, além de técnicas e procedimentos de testes claros e compartilhados entre cientistas, no âmbito de um corpo teórico solidamente estabelecido, constitui, para Kuhn, um *paradigma científico*. Assim, os cientistas, num processo que ele efetivamente chamou de *ciência normal*, não questionariam estes

9 “Só esse argumento bastaria para mostrar a correção da conclusão... de que as experiências simplesmente não derrubam teorias, de que nenhuma teoria proíbe um estado de coisa especificável de antemão.” (Lakatos, 1970: 159). Note-se que, segundo Lakatos (1970: 225, citando mais uma vez *Conjectures and Refutations*), “o verdadeiro Popper nunca abandonou suas primeiras (ingênuas) regras de falseamento. Ele tem exigido, até o presente, que ‘se estabeleçam de antemão os critérios de refutação: urge que haja consenso em torno das situações observáveis, se realmente observadas, que significam que a teoria está refutada’. Ele ainda interpreta ‘falseamento’ como resultado de um duelo entre a teoria e a observação, sem que outra teoria melhor esteja necessariamente envolvida. O verdadeiro Popper nunca explicou circunstanciadamente o processo de apelação por cujo intermédio alguns ‘enunciados básicos aceitos’ podem ser eliminados. Desse modo, o verdadeiro Popper consiste em Popper₁ com alguns elementos de Popper₂.”

10 Que recebeu uma segunda edição em 1970 (Kuhn, 1970b).

11 Lakatos (1970: 223); Caldwell (1991: 10) e Hausman (1994: 195-196, 200). Para o choque inicial, inclusive suscitando um colóquio científico, ver Kuhn (1970a, c); Feyerabend (1970); Toulmin (1970); Watkins (1970); Williams (1970), Masterman (1970); Popper (1970); e Lakatos (1970). Críticas e comentários adicionais podem ser vistos, entre outros, em Hands (1993); Backhouse (1994); Hausman (1994); Baert (1996) e Dow (1997: 77).

12 Backhouse (1994: 183); Hausman (1994: 195-196). Ciências naturais, pois as ciências sociais seriam para ele protociências, sem um paradigma definido. Ver, por exemplo, Kuhn (1970c: 302-303).

paradigmas, procurando simplesmente resolver questões suscitadas por eles (Kuhn, 1970b; Hausman, 1994: 197; Baert, 1996: 514).

Contudo, Kuhn (1970b) também buscou demonstrar, em um ataque dirigido principalmente contra Popper, que as teorias científicas estão sempre envoltas em “anomalias”, isto é, problemas não resolvidos. Vale dizer, a grande maioria das teorias e dos paradigmas teóricos jamais esteve livre, por um momento sequer, destas “anomalias”, de fatos não explicados por meio destas mesmas teorias (Hausman, 1994: 200). Isto resultaria em que, devido à resistência da natureza em conceder uma representação fidedigna de seu modo de funcionamento,¹³ ao mesmo tempo em que os cientistas procuram resolver as “anomalias” entre os “fatos” da natureza e as suas teorias, em muitos casos acabar-se-ia, muitas vezes, alcançando o efeito contrário ao esperado, aumentando-se a série de fenômenos que não se ajustariam ao *paradigma científico* em voga.¹⁴ Como resultado, surgiriam quatro possibilidades: 1) a solução no interior do “velho” paradigma, com alguma nova descoberta que tornasse possível a solução destas anomalias (ou parte delas); 2) a manutenção destas anomalias dentro do paradigma, mas sem uma solução para estas, ou seja, a convivência obrigatória entre o paradigma e algumas anomalias; 3) a neutralização da anomalia, isto é, a resolução desta por meio de um paradigma independente e indiferente; e 4) a emergência de um novo paradigma (Kuhn, 1970b; Lakatos, 1970: 195-196, nota 251; Caldwell, 1991: 10; Hausman, 1994: 197).

Um outro ponto fundamental, enfatizado por Kuhn (1970b), foi a extensa rede de conexões extracientíficas – sociologia da ciência, psicologia da ciência, etc. – que também determinariam a evolução de qualquer ciência (Hausman, 1994: 195-196; Dow, 1997: 77). Além disso, Kuhn (1970b)

13 O qual é impossível, segundo Kuhn (1970c: 327). Ver também Lakatos (1970: 156-161, 226, nota 346), Hausman (1994: 197); Sofianou (1995: 375, 377) e, citando Rorty (1982: 165), Stettler (1995: 396). De acordo com Lakatos (1970: 195, nota 249): “Provavelmente todas as teorias científicas já proclamadas pelos homens são falsas: ainda assim poderão ser recompensadas pelo sucesso empírico e até apresentar uma crescente verossimilhança.” A respeito de critérios de verossimilhança, Lakatos (1970: 139 e nota 91); e Hands (1993: 64-65).

14 Hausman (1994: 197). Lakatos (1970: 160), cínica, mas realisticamente, afirma, com base em Feyerabend, que o problema não seria de ajuste entre os fatos e os paradigmas, mas sim dos cientistas terem, por vezes, uma imaginação muito limitada, que não os permitiria adaptar os fatos recalcitrantes (pelo menos alguns deles) a um novo corpo teórico. Uma das soluções possíveis, quando esta imaginação funciona, seriam as suas revoluções científicas. Ver, neste mesmo sentido, Popper (1963: 56).

criticou os modelos prescritivos elaborados pelos filósofos da ciência, tachando-os de equivocados perante a própria história das ciências ou de alguns de seus eventos mais importantes.¹⁵

3 A síntese lakatosiana

A metodologia científica de Lakatos – ou Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica (MPPC) – surge, como destacam vários autores, como uma síntese entre Popper e Kuhn, ou, para alguns e para o próprio Lakatos, como uma reação popperiana a Kuhn (e a Feyerabend e outros relativistas).¹⁶ Para Lakatos (1970), as várias ciências seriam compreendidas por vários Programas de Pesquisa Científica (PPCs), os quais seriam constituídos, por sua vez, de uma série de teorias que iriam evoluindo com o tempo, cada uma tomando como base a anterior (Caldwell, 1991: 10).

Quanto à *heurística negativa* de Lakatos, esta indica o núcleo do PPC, o qual é irrefutável por decisão metodológica dos cientistas responsáveis por ele – que são os seus protagonistas –, ou seja, indica as suposições fundamentais, muitas vezes de caráter “metafísico”,¹⁷ que não devem e não podem ser refutadas por aqueles que seguem um determinado PPC. Já a *heurística positiva* constitui um conjunto parcialmente articulado de propostas para o desenvolvimento do PPC e de suas “variantes refutáveis”. Estas propostas consistem de sugestões para mudanças e para a sofisticação

¹⁵ Esta crítica vai ser retomada de modo mais feroz, caótico e relativista, por Feyerabend (1970, 1975). Ver também Baert (1996: 514) e o próprio Kuhn (1970c: 290). Para uma discussão extremamente atual, entre visões prescritivas e descritivas da ciência econômica, Dow (1997). Ressalte-se, no entanto, que apesar de suas teorias sobre o processo de desenvolvimento científico sugerirem um total relativismo perante a verdade científica, Kuhn coloca-se como não relativista (Kuhn, 1970c: 326; Baert, 1996: 514), pelo menos no que se refere à crescente capacidade da ciência em solucionar “problemas” (predizer resultados com maior acurácia e/ou explicar “fatos” com maior adequação).

¹⁶ Por exemplo, Feyerabend (1970: 261); Blaug (1976); Caldwell (1991: 11); Hands (1993: 66); Backhouse (1994: 175, 183); Hausman (1994: 200-201); e Dow (1997: 77-78). “O choque entre Popper e Kuhn não se verifica em torno de um mero ponto técnico de epistemologia. Refere-se aos nossos valores intelectuais centrais, e tem implicações não só para a física teórica mas também para as ciências sociais subdesenvolvidas e até para a filosofia moral e política. Se nem mesmo na ciência há outro modo de julgar uma teoria senão calculando o número, a fé e a energia vocal dos seus apoiadores, isso terá de ocorrer principalmente nas ciências sociais: a verdade está no poder.” (Lakatos, 1970: 112).

¹⁷ O que não se constitui em um problema, para Lakatos, o qual, posteriormente, inclusive argumenta solidamente contra a adequação do termo “metafísica” (Lakatos, 1970: 228). Note-se que, além disso, em vários casos o caráter metafísico de uma teoria é consequência unicamente da forma lógica como esta é apresentada (Lakatos, 1970: 154-155).

do cinto protetor – que compõe-se do conjunto de hipóteses auxiliares e refutáveis, derivadas do núcleo do PPC –, assim como para experimentações refutáveis, vislumbradas a partir do próprio núcleo ou do cinto protetor (Lakatos, 1970: 163-165; Caldwell, 1991: 10; Hands, 1993: 66-67; Hausman, 1994: 201; Gonçalves, 1995: 6; Dow, 1997: 77).

Um determinado PPC, por sua vez, como visto acima, seria *progressivo* se as novas teorias que são propostas no seu interior permitissem uma transferência de problemas entre estas novas teorias e as anteriores, que propiciasse a predição e, se possível, a “confirmação empírica”, de um excesso de conteúdo empírico das primeiras em comparação com as suas antecessoras (Lakatos, 1970: 144-148, 161-164, 191-220; Caldwell, 1991: 11; Hands, 1993: 67; Backhouse, 1994: 174-175; Hausman, 1994: 202; Dow, 1997: 77).¹⁸ Se isto não ocorresse, então um PPC seria *degenerativo*. Disto resultaria o que, para alguns, é um dos principais problemas da metodologia lakatosiana: não há nenhum critério instantâneo para a avaliação de PPCs: estes só podem ser analisados no decorrer de períodos longos de tempo. Isso porque um PPC pode ser inicialmente progressivo, passar por uma fase degenerativa, e voltar a ser progressivo, enquanto outros assumem um caráter perenemente degenerativo (Lakatos, 1970: 164, 176, 192; Caldwell, 1991: 11; Backhouse, 1994: 174-175; Hausman, 1994: 202).

Mas este comportamento dos PPCs explicaria também a racionalidade de se ater a um PPC mesmo em vista de “refutações”, pois estas podem não ser definitivas ou podem ser futuramente incorporadas com êxito dentro dele próprio. Um PPC seria, então, somente abandonado se

18 “Podemos dizer então que precisamos exigir de cada passo de um programa de pesquisa que aumente consistentemente o conteúdo: que cada passo constitua uma *transferência teórica consistentemente progressiva de problemas*. Além disso, só precisamos, pelo menos de vez em quando, que se veja que o aumento de conteúdo foi retrospectivamente corroborado; o programa como um todo deve também exibir uma *transferência empírica intermitentemente progressiva*. Não exigimos que cada passo produza *imediatamente* um fato novo *observado*. Nosso termo ‘*intermitentemente*’ dá suficiente amplitude *racional* para a adesão dogmática a um programa em face de ‘refutações’ *prima facie*.” (Lakatos, 1970: 164, itálicos no original). Nesse aspecto não podemos concordar com Hausman (1994: 202), quando este afirma que “‘progresso’ para Lakatos requer que modificações em uma teoria não percam nada do conteúdo não refutado de teorias prévias (se não *T* poderia ser empiricamente progressiva comparada a *T*’ e *T*’ poderia também ser empiricamente progressiva se comparado com *T*).” Mas como o próprio Lakatos (1970) demonstra, principalmente quando há uma proliferação de teorias, “podemos ter uma teoria *T* aparentemente não refutada. Mas pode ser que se proponha uma nova teoria *T*’, incompatível com *T*, que também se ajuste aos fatos disponíveis: as diferenças são menores do que a amplitude do erro observacional. Em tais casos a incompatibilidade nos incita a aprimorar nossas ‘técnicas experimentais’ e, assim, a refinar a ‘base empírica’, de sorte que tanto *T* quanto *T*’ (ou incidentalmente as duas) podem ser falseadas...” (p. 148, nota 123).

surgisse um rival que explicasse os seus êxitos anteriores e/ou o suplantasse devido ao seu *poder explanatório*, sua capacidade de antecipar e explicar, ainda que parcialmente, “fatos novos”.¹⁹ Mas é preciso destacar, mais uma vez, que esta comparação entre PPCs só se torna possível *ex post* e, geralmente, após um longo período de testes e de confrontação entre estes. Esta seria a diferença crucial entre a sua metodologia de pesquisa popperiana – pois deriva explícita e implicitamente de Popper – e a de Kuhn.

Portanto, acredito, ao contrário destes críticos de Lakatos, que sua metodologia – ao apontar esta resistência das teorias (ou dos PPCs) a refutações apressadas – representa uma vantagem em relação a outras metodologias, a qual já era encontrada, como visto acima e como aponta o próprio Lakatos, no “Popper₂”. Isto porque impede, em grande parte, que se descartem rapidamente teorias que poderiam ainda ser promissoras, apesar de estarem, em um certo período, estagnadas, ou em uma fase *regressiva*, ou ainda recorrendo a mais recursos *ad hoc* do que seria desejado.

Outra grande vantagem da metodologia lakatosiana é o seu caráter eminentemente descritivo (Dow, 1997: 78), e não prescritivo, deixando praticamente em aberto, para cada ciência e época, os critérios pelos quais estas definem o que é científico ou não, ou seja, seus critérios de demarcação. Estes, aliás, segundo o próprio Lakatos, não são rígidos, podendo sempre ser revistos.²⁰

4 Comparação entre os três autores

Fazendo um balanço dos três autores, é preciso destacar mais uma vez as críticas importantes e, em grande medida, pertinentes, que Kuhn faz a

19 “A propósito, na metodologia dos programas de pesquisa, o significado pragmático de ‘rejeição’ [de um programa, I.L.] torna-se cristalina: significa a *decisão de parar de trabalhar nele*.” (Lakatos, 1970: 193, nota 245). Um exemplo de um embate assaz lento entre duas concepções conflitantes de ciência se deu na geologia, entre os gradualistas e os catastrofistas, com a “vitória” destes últimos após décadas à procura de um fato que corroborasse suas afirmações. Atualmente, teorias geológicas catastrofistas são aplicadas inclusive ao estudo de outros planetas. Para um relato deste “confronto”, Gould (1993). Outros exemplos são dados no próprio Lakatos (1970: 215).

20 Por isto é que se torna, em grande parte, improfícuo o árduo trabalho de Gonçalves (1995) de tentar adaptar a teoria monetária pós-keynesiana à metodologia lakatosiana, tomando-a como se esta fosse essencialmente prescritiva. Isto resulta em que os vários conceitos desta – ou mesmo de outras teorias, se o mesmo fosse tentado para elas – são inseridos em uma espécie de camisa-de-força, tendo-se que definir o que, dentre estas teorias, corresponderia aos vários conceitos de Lakatos, como o núcleo duro, cinto protetor, etc.

Popper, ao enfatizar aspectos sociológicos e psicológicos praticamente não tratados por este último.

Por sua vez, Lakatos apresenta vários avanços em relação a estes outros dois autores:

(1) enquanto Popper admite a existência de afirmações “metafísicas” na ciência, qualificando-as, todavia, de não científicas, Lakatos não confere uma importância maior ao conteúdo “metafísico” de um PPC, até mesmo rejeitando este termo e mostrando que em muitos casos o caráter metafísico de uma teoria pode ser uma simples decorrência da forma lógica como é apresentada (Lakatos, 1970: 154-155, 228; Caldwell, 1991: 11); além disso, como visto acima, o próprio “núcleo” dos PPCs de Lakatos assume um caráter metafísico, por não ser refutável;

(2) Lakatos reduz enormemente a ênfase na refutação e na falseabilidade prescritas por Popper, indicando, como critério de avaliação e escolha, a teoria que apresentar um maior excesso de conteúdo empírico;

(3) de onde se segue sua inversão, com relação a Popper, do *modus operandi* dos cientistas, pois estes, em seus trabalhos empíricos, procuram, como já enfatizado por muitos, corroborar suas hipóteses, e não refutá-las;

(4) o próprio MPPC de Lakatos, apesar de baseado em Popper, diverge da metodologia deste, por destacar o caráter histórico e coletivo da ciência, aproximando-se, neste ponto, de Kuhn;

(5) a ênfase de Lakatos em que qualquer metodologia tem que ser adequada em termos de descrição da ciência, ao mesmo tempo em que deve ser também prescritiva (Lakatos, 1970: 228), enquanto para Popper uma metodologia precisaria ser apenas prescritiva, não tendo quaisquer compromissos descritivos (Caldwell, 1991: 12); para muitos, a metodologia lakatosiana é (quase que) exclusivamente descritiva, mas mesmo os que renegam isto, apontam para o fato de que, como afirmamos no ponto 2 acima, a MPPC é menos implacável em seus critérios demarcatórios e prescritivos do que a metodologia popperiana (Dow, 1997: 77);

(6) a apresentação de uma metametodologia histórica para a avaliação da própria história da ciência, isto é, a utilização da história da ciência e de seus principais “fatos” para a avaliação da MPPC e de outras metodologias;

(7) para Lakatos a atividade científica distingue-se pela presença de PPCs que competem entre si, enquanto Kuhn postula que uma matriz

disciplinar normalmente domina uma ciência, a não ser em períodos em que um paradigma preponderante entra em crise;

(8) apesar de Lakatos concordar que a resolução de anomalias é geralmente buscada no interior de cada PPC, ele vai salientar o papel que as conjecturas e refutações possuem para que se chegue a uma solução adequada, reduzindo enormemente o papel de critérios extra-rationais (Hausman, 1994: 200); e

(9) o “núcleo” da MPPC lakatosiana é mais amplo do que as generalizações simbólicas, os comprometimentos metafísicos e as analogias preferenciais de Kuhn – que seriam decorrência unicamente do envolvimento dos cientistas com um determinado paradigma –, pois considera que todos estes aspectos estão inseridos dentro de um PPC.

5 Popper, Kuhn, Lakatos e os economistas

Quanto ao impacto diferenciado da obra destes três autores sobre a metodologia da economia, vejamos cada um deles em separado:

5.1 Popper e os economistas

A ascendência de Popper sobre os economistas foi múltipla: alguns, com base em sua metodologia, procuraram testar mais rigorosamente suas teorias; outros passaram a rejeitar o uso constante de estratagemas ad hoc para salvar teorias problemáticas; e outros, ainda, negaram a pretensão das teorias ou do conhecimento econômico estabelecidos de serem emanações de qualquer verdade definitiva.²¹

As razões desta ascendência de Popper sobre os economistas, que se mantém para muitos na atualidade, foram muitas (Caldwell, 1991: 30; Dow, 1997):

(1) o fato de ter dado aulas na London School of Economics;

²¹ Com relação aos metodólogos em economia, sobre os quais é mais fácil documentar tal ascendência, essa inicia-se com Hutchison (1938), primeiro a introduzir o critério de *falseabilidade*, chegando até Blaug (1980).

(2) sua crítica ao marxismo, que o tornava simpático também a muitos economistas, notadamente do *mainstream*;

(3) o fato de que escrevia muito bem, tornando suas teorias acessíveis a não-filósofos; e

(4) que estava preocupado, ao contrário de outros filósofos, com questões de extrema importância para os cientistas em geral, como, por exemplo, critérios de demarcação entre ciência e não-ciência e de escolha entre teorias.

Todavia, costuma-se apontar várias críticas ao positivismo *popperiano*, que tornam bastante precário o uso do falseacionismo como critério de demarcação em economia. Destacamos, entre estas:

(1) a dificuldade de se realizarem testes e de se ater aos fatos em economia, talvez até mais do que nas ciências naturais (McCloskey, 1983: 487; Caldwell, 1991: 7, 12; Hands, 1993: 63-64; Dow 1997: 76);

(2) que o falseacionismo foi quase exclusivamente utilizado pelo *mainstream economics*, com o que se impunha unicamente aos heterodoxos a necessidade de provar que suas teorias podiam passar incólumes por experiências potencialmente falseadoras; por outro lado, muitos heterodoxos rejeitam os critérios de Popper, com a mesma facilidade com que os ortodoxos repelem as teorias econômicas heterodoxas; como consequência, o resultado final desta “adoção” do falseacionismo na economia resultou numa diminuição ainda maior do diálogo entre as várias correntes;

(3) que nem as ciências naturais e nem as ciências sociais adotaram alguma vez critérios falseacionistas para suas atividades;

(4) que Caldwell (1991), com base na lógica (ou análise) situacional do próprio Popper – que vem a ser o seu método específico para as ciências sociais –, rejeita o falseacionismo para a economia, ao mesmo tempo em que o mantém como viável para as ciências naturais, num verdadeiro *tertium quid*,²² vale-se deste procedimento a fim de postular a possibilidade do *mainstream economics* aferrar-se ao princípio da racionalidade substantiva como axioma básico das ciências econômicas, ou seja, como princípio

22 A despeito da incongruência desta lógica situacional para com a sua metodologia “geral”, Popper postulava, contraditoriamente, que um único método básico permeava todas as ciências. Para uma apresentação desta lógica e dos seus conflitos com o restante da metodologia popperiana, ver Caldwell (1991: 13-31); Hands (1993: 72, nota 19) e Dow (1997: 76).

metodológico inviolável, não refutável, assim como Popper o faz para as ciências sociais;²³

(5) que a não-consideração do contexto em que as teorias são propostas reduz severamente a utilidade de Popper para a economia (Caldwell, 1991: 11; Backhouse, 1994: 178); e

(6) uma crítica geral à possibilidade de se chegar a princípios filosóficos gerais acerca de como se dá o processo de conhecimento científico (Backhouse, 1994: 176, 179); isto levaria à proposição de que convenções sobre o que é o conhecimento são provenientes unicamente da retórica, o que tornaria, sem sentido, se isto fosse verdade, qualquer posição e discussão metodológica, a não ser aquela que afirma que não se possui nenhuma regra metodológica.²⁴

5.2 Kuhn e os economistas

Para entendermos os impactos da obra de Kuhn (1962) sobre os economistas, vejamos qual era a situação da metodologia econômica antes de sua publicação: Hutchison (1938), de um ponto de vista popperiano, procurava estabelecer o status lógico das proposições das teorias econômicas, com especial atenção para o discernimento das que seriam falseáveis daquelas que não seriam. Machlup (1955), por sua vez – com base no empirismo lógico, que nos anos 50 predominava em relação ao positivismo lógico – argumentava que o importante era testar uma teoria em seu conjunto e não os seus componentes individuais. Assim o fazendo, postulava que, se os resultados fossem positivos, os componentes de uma teoria teriam sido

23 Num procedimento claramente lakatosiano, também abraçado por Blaug. Apesar de que, posteriormente, Popper relativizou este axioma, requerendo unicamente que os agentes agissem racionalmente de acordo com a situação, *conforme eles a percebessem*. Cf. Caldwell (1991: 18, 21). É preciso ressaltar, ainda, que o *tertium quid* de Caldwell, a favor da análise situacional para salvar a metodologia do *mainstream*, empregando um arcabouço popperiano, é um esforço improficuo. O melhor teria sido que ele tivesse abandonado o referencial popperiano, por exemplo, a favor de um referencial lakatosiano, com o que ele poderia até mesmo continuar empregando a análise situacional de Popper e os pressupostos de racionalidade substantiva, sem maiores contradições. Ver também Dow (1997: 77, 80), inclusive para mudanças posteriores no pensamento de Caldwell e, com relação a critérios de racionalidade, Simon (1976).

24 McCloskey (1983) e Backhouse (1994: 179), com base em Rorty. Para uma crítica, mais uma vez, Sofianou (1995); Stettler (1995) e Dow (1997:78). Como afirma Backhouse (1994: 179): “A tensão entre metodologia positiva e normativa que encontramos em Lakatos foi resolvida pelo completo abandono de quaisquer objetivos normativos.” Dow (1997: 78) enfatiza a semelhança prescritiva entre McCloskey (e os pós-modernistas) e a metodologia de Friedman.

indiretamente testados. Neste ponto, Machlup muito se aproximava de Friedman (1953), apesar deste último ter radicalizado a necessidade verificacionista, isto é, de testabilidade – e, a partir desta, de “conformidade” com a realidade –, como o único requisito de uma teoria, não importando sua lógica interna ou a dos seus componentes.²⁵

Kuhn, conforme destacado anteriormente, ressalta enormemente o papel da sociologia e da psicologia – e não exclusivamente da racionalidade – sobre o desenvolvimento das ciências. Sua influência sobre os economistas vai ser mais sentida por meio de Lakatos – em sua resposta popperiana aos desafios estabelecidos por Kuhn – e da tentativa dos economistas de verificarem qual das duas metodologias, a de Kuhn ou a de Lakatos, teria maior aplicabilidade sobre a economia.

Na realidade, os metodólogos econômicos normalmente rejeitam Kuhn, em decorrência do excessivo relativismo de suas teorias sobre o desenvolvimento científico, assim como devido à *exagerada* influência de fatores extralógicos sobre a evolução das várias ciências (Dow, 1997: 77). Porém, é preciso notar que após Kuhn e Lakatos houve uma mudança essencial em relação à função que os metodólogos em economia assumiam anteriormente: embora ainda buscando fundamentação na história das ciências, o papel da metodologia não mais seria – única ou principalmente – prescritivo, como no período anterior, mas descritivo, tendo como resultado que os economistas passaram a cotejar as afirmações acerca da história geral da ciência com a história de sua própria ciência (Backhouse, 1994b: 183).

5.3 Lakatos e os economistas

A influência de Lakatos sobre os economistas inicia-se, fundamentalmente, apenas em meados dos anos 70, após uma conferência realizada na Grécia, principiando então, para alguns, o período moderno na

²⁵ Backhouse (1994: 181-183). Esta posição metodológica de Friedman é também alcunhada de “instrumentalismo” (Dow, 1997: 75, 78). Outros economistas, trabalhando na *London School of Economics*, nos anos 60, também vão esposar os mesmos princípios de Friedman, de que o único critério relevante para uma teoria é seu ajustamento aos “fatos”, independentemente de sua coerência lógica. Modernamente, como se sabe, uma posição semelhante é defendida pelos novos clássicos, uma escola de pensamento em grande parte derivada do monetarismo e com muitas afinidades com este. Ver, por exemplo, Lucas & Sargent (1981). Para críticas aos critérios modernistas de Friedman, cf. McCloskey (1983: 485-495).

metodologia econômica (Caldwell, 1991: 11; Backhouse, 1994: 173). Isto porque esta vinha sendo dominada, desde 1953, pelo famoso ensaio metodológico de Friedman. Durante uma década após esta conferência, a MPPC dominou as discussões metodológicas em economia, auxiliada pela posição falseacionista mesclada com lakatosianismo de Blaug, um metodólogo econômico extremamente influente (Caldwell, 1991: 11; Backhouse, 1994: 173). Mas a partir de então minguou muito a importância da metodologia lakatosiana.

Vários autores puseram em suspeição a adequação da MPPC para a economia (Caldwell, 1991: 11-12), alguns ressaltando sua distância para com o falseacionismo popperiano, com o que o metodólogo seria obrigado a escolher entre Lakatos e Popper. Outros argumentos são geralmente expostos pelos que rejeitam a adequação daquela metodologia para a economia:

(1) que as suposições centrais da MPPC são por demais rígidas, pois os núcleos dos PPCs econômicos variariam com o tempo (Backhouse, 1994: 176), o que não se coadunaria com aquela metodologia;

(2) que em economia haveria uma sobreposição entre PPCs, com vários usando métodos semelhantes e/ou tratando dos mesmos problemas e dos mesmos “fatos” (Backhouse, 1994: 176-177; Dow, 1997: 76);²⁶

(3) que seria impossível, ou quase, delimitar o que constituiria os ‘núcleos’ dos vários PPCs em economia, pois praticamente nenhum conjunto de suposições comuns é adotado por todos os pertencentes a qualquer deles (Hausman, 1994: 203-204); e

(4) que a busca de adequação, pelo metodólogo econômico, entre a MPPC e a história da economia, é extremamente problemática, pois não haveria eventos consensualmente importantes no que se refere a esta história.²⁷

Por outro lado, qual seria a razão do apelo de Lakatos para vários economistas? Podem-se apresentar algumas hipóteses como resposta:

(1) o fato de Lakatos preceituar, para alguns, simultaneamente um papel descritivo e prescritivo ao metodólogo, exigindo deste um grande

²⁶ Estas duas críticas, todavia, parecem infundadas: a primeira porque a essência do ‘núcleo’ de um PPC, a definição do que corresponde a este núcleo, poderia mudar com o tempo, sem que isto inviabilizasse a MPPC; e a segunda porque Lakatos (1970: 148, nota 123), como visto anteriormente, explicitamente reconhece a possibilidade de disputa entre dois PPCs, especialmente em épocas de grande proliferação destes.

²⁷ Backhouse (1994: 184). Esta crítica, no entanto, também não parece ser muito pertinente, pois um tal consenso com relação a estes eventos também não existe em outras ciências.

empenho para descrever os PPCs em economia, e não mais generalizações apressadas, como antes;

(2) de poder servir também como referência metodológica geral para a reconstrução da história da ciência econômica (Hands, 1993: 68; Backhouse, 1994: 184-186); um exemplo provém do próprio Blaug, o qual, como historiador do pensamento econômico, considerava a perspectiva aistórica ou anti-histórica de Popper extremamente insatisfatória, ao mesmo tempo em que reputava o relativismo histórico – e, pelo menos parcialmente, antilógico –, de Kuhn, igualmente repugnante; em tal situação, Lakatos lhe surgia como um meio-termo bastante adequado: uma metodologia prescritiva severa o bastante para enfrentar as tendências metodológicas não científicas ou degeneradas, concomitantemente com uma flexibilidade suficiente para permitir a reconstrução da história da economia (Caldwell, 1991: 11);

(3) a existência, na metodologia lakatosiana, de ‘núcleos’ não falseáveis, metafísicos (Hands, 1993: 68-69; Backhouse, 1994: 180), claramente úteis para uma ciência em que suas várias correntes parecem estar totalmente imunes ao falseamento;

(4) a preferência pela corroboração, ao invés do falseamento (Hands, 1993: 68; Backhouse, 1994: 180; Dow, 1997: 76);

(5) a importância dada ao progresso teórico no decorrer de longos períodos (Hands, 1993: 68; Backhouse, 1994: 180), o que também auxilia as várias correntes contra qualquer possibilidade de falseamento;²⁸

(6) a percepção de que a metodologia lakatosiana parece ser, no mínimo, menos bizarra do que a metodologia friedmaniana, de não-preocupação com o irrealismo das suposições para a explicação das práticas dos economistas;²⁹

(7) Lakatos seria mais adequado à característica da ciência econômica sempre ter sido uma ciência empírica, guiada pelos “fatos”: é preciso ressaltar que coletar e analisar estes “fatos” é uma tarefa exequível e que requer a capacitação dos economistas (Johnson, 1971), ao contrário, por

28 Assim, os aspectos em que Lakatos mais se diferencia de Popper são os pontos que mais atraem os economistas para compartilhar de suas concepções metodológicas, uma vez que elas são mais “suaves” do que as de Popper e podem ser usadas como defesa da forma de atuação dos economistas (Hands, 1993: 68-69; Backhouse, 1994: 180).

29 Isto mostraria que as razões para a opção de muitos economistas por Lakatos, mormente daqueles do *mainstream*, dever-se-iam antes a uma tentativa de justificativa de suas atividades e/ou das de sua corrente de pensamento, do que à consideração das qualidades científicas, atividades intrínsecas à MPPC.

exemplo, do falseamento, conforme prescrito pelos falseacionistas ingênuos, provavelmente a visão de Popper que é dominante entre os economistas (Backhouse, 1994: 180-181); e

(8) nesse mesmo sentido, o fato de que um dos critérios mais fortes para a avaliação de teorias, para Lakatos, é a predição de “fatos” novos e inesperados – ou não previstos a partir das premissas iniciais –, o que é bastante adequado para uma ciência que, por vezes, não possui fundamentos claros para suas teorias e pesquisas empíricas, e na qual a predição de fatos novos pode ser de extrema importância, tanto para as políticas econômicas quanto para ganhos privados (Backhouse, 1994: 187; Dow, 1997: 77).³⁰

6 Alguns desenvolvimentos recentes nas discussões metodológicas entre os economistas

Diante do impasse representado pela metodologia lakatosiana, principalmente do ponto de vista prescritivo, dado que não se tem nenhuma fórmula pronta para responder à questão crucial – “quando se deve descartar uma teoria ou um PPC?” –, várias saídas têm sido apontadas: alguns metodólogos, como Blaug, ainda procuram critérios razoáveis de demarcação dentro de uma metodologia popperiana ou lakatosiana; já outros, como Boland (1982), defendem a idéia de que se deve estudar com mais afinco a própria história da economia, para descobrir sua “metodologia”, perspectiva que é fundamentada na própria filosofia da ciência, possuindo um claro viés descritivo, e não prescritivo (Backhouse, 1994: 186; Dow, 1997: 78, 80). Blaug (1980), lamenta a desatenção dos economistas a fatos contrários, mas outros lastimam, de forma oposta, a desatenção dos metodólogos à forma de funcionamento das ciências, principalmente daqueles metodólogos que advogam uma metodologia prescritiva popperiana/lakatosiana, como é o caso de Blaug. Este último, mesmo assumindo que a dificuldade em rejeitar teorias tem fundamentos gnosiológicos (a tese Duhem-Quine), afirma que Popper já estava atento ao problema e que por isso prescreveu uma série de regras para evitar “esquemas de imunização” intermináveis

³⁰ Para qualificar esta preferência por Lakatos por parte de muitos economistas, deve-se ter em mente também que a metodologia lakatosiana, salvo raras exceções, vem sendo usada de forma bastante inadequada por estes (Hands, 1993: 68-69; Dow, 1997: 77), em suas definições de quais seriam os “núcleos”, a “heurística positiva ou negativa” e, principalmente, os “fatos novos”.

(Blaug, 1994: 111). A questão de fundo é a busca de um padrão único para a teorização em economia, a qual é defendida por Blaug e rejeitada por de Marchi (De Marchi & Blaug, 1991) e também por Boland (1982) e Mayer (1993).

McCloskey (1983), a partir de uma análise da retórica, principalmente do *mainstream*, defende uma função exclusivamente descritiva para os metodólogos, rejeitando qualquer utilidade para a prescrição de regras metodológicas, tendo impacto considerável sobre a metodologia nos anos 80, e também nos 90 (Dow, 1997: 78-79).³¹ Suas propostas, assim como o pós-modernismo, apóiam, implícita e explicitamente, o status quo, isto é, o *mainstream* (McCloskey, 1983; Sofianou, 1995; Stettler, 1995: 396-401; Dow, 1997: 79). Ao mesmo tempo e neste mesmo sentido, implicitamente negam a possibilidade de intervenção governamental, ao recusar a idéia de correspondência entre teorias (ou idéias) e a realidade. Assim, a consequência do pós-modernismo seria ou um total imobilismo, inclusive nas decisões individuais, ou a tomada de decisões com base apenas em convenções, ou em um voluntarismo sem bases racionais profundas (Backhouse, 1994: 185; Dow, 1997: 79).

Como pode ser visto, tem-se prescrições claramente diferenciadas, mesmo se nos restringimos unicamente ao *mainstream* (Dow, 1997), para os impasses na ciência econômica e na sua metodologia. Mas Dow (1997: 80) pergunta com precisão: “Por que deveria a análise da teoria feita pelos metodólogos não ser metodologicamente carregada, no mesmo sentido em que as análises dos fatos feitas pelos economistas são teoricamente carregadas?”. Isto talvez se deva a que, na ciência econômica e em outras ciências sociais, a ideologia é muito mais determinante do que nas ciências naturais (Backhouse, 1994: 179, 184; Dow, 1997: 78).

Um último desenvolvimento metodológico que gostaríamos de mencionar, e que vem sendo aplicado em economia principalmente pelos pós-keynesianos, é o Realismo Crítico (Vasconcelos et al., 1998: item 4), conforme proposto por Ron Harré e, sobretudo, por Roy Bhaskar, o qual se iniciou na filosofia sob os auspícios de Harré. Bhaskar incorpora ao Realismo Crítico elementos desenvolvidos por Kant, Hegel e Marx (Bhaskar, 1984: 82).

31 Klammer (1983), em suas conversas com economistas, vem em auxílio de McCloskey.

Bhaskar propõe, inicialmente, uma diferenciação entre a *dimensão intransitiva* e a *dimensão transitiva*:³² na primeira, os objetos passíveis de investigação são mais duradouros e não se alteram com o desenrolar do processo científico, existindo e atuando independentemente do conhecimento que se tem sobre eles. Na segunda, os objetos da investigação são constituídos com a própria prática científica, não existindo de forma totalmente à parte desta e nem desapegados de contextos históricos.

Tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais possuem objetos, inclusive suas próprias teorias, passíveis de conhecimento em uma dessas duas dimensões. Mas, nas ciências sociais – por tratarem elas, em grande parte, ou quase exclusivamente, de construções humanas –, os objetos com *dimensão transitiva* assumem maior importância para a definição e o desenrolar da prática científica. Isso torna tal prática um constante trabalho de criação, redefinição e desenvolvimento de conceitos teóricos, na busca por uma melhor *adequação* a um mundo em ativa transformação (Bhaskar, 1989: 49-50).

Portanto, como objeto de investigação, a própria ciência deve ser vista como tendo uma dimensão fortemente transitiva, pois é uma prática social e histórica. O próprio aumento do conhecimento da *realidade intransitiva* redundará na ampliação e/ou reformulação da *realidade transitiva*, estoque de paradigmas e técnicas de pesquisa a partir do qual se assentam novos avanços da ciência (Bhaskar, 1989: 32). Por outro lado, a *dimensão transitiva* do conhecimento pode ser considerada um meio de produção para o aprofundamento da informação sobre os objetos caracterizados na *dimensão intransitiva*. A produção do saber não se dá *ex nihilo*, mas é um “empreendimento social”, no qual se busca o entendimento das estruturas que geram os fenômenos manifestos em nível empírico, a partir do uso referencial e analógico do conhecimento já existente, inclusive para promover um primeiro e provisório tratamento conceitual destes fenômenos.

Com relação à ciência econômica, como mostra Lawson (talvez o principal adepto do Realismo Crítico, entre os economistas), assim como nas demais ciências sociais, é muito difícil encontrar um fenômeno que seja capaz de ser isolado, a fim de que os diversos fatores e forças nele envolvidos possam ser facilmente identificados e analisados. Mesmo o uso de

32 A apresentação sucinta do Realismo Crítico, a seguir, baseia-se, em grande parte, em Vasconcelos, Strachman & Fucidji (1998: item 4), utilizando-se, inclusive, de citações razoavelmente extensas do referido artigo.

experimentos controlados mostra-se problemático. Ademais, como a economia trata de fenômenos nos quais os homens são agentes ativos e que só se manifestam pela atividade destes, deve-se pressupor que estes fenômenos sejam passíveis de inovações e mudanças qualitativas. Em conseqüência, os condicionantes para as novas ocorrências de eventos ou formação de estados de coisas não podem ser conhecidos apenas a partir de eventos passados.³³ Novas forças, mecanismos e estruturas podem ser criados pela própria conjunção inesperada das ações (intencionais ou não) de diferentes agentes, e impõem uma nova tendência não prevista dentro da conjunção de eventos observada no passado. Assim, na teoria econômica, as estruturas pertinentes ao conhecimento caracterizam-se por: a) ser a persistência dos estados de coisas função das práticas e atividades dos agentes e das estruturas que a constituem; b) não existirem isoladas das definições e concepções dos agentes; e c) não serem eternas, estando em constante transformação. Portanto, há mão dupla na relação entre a estrutura econômica e o comportamento e ação dos indivíduos.

Entre outras coisas, tais propriedades imanentes às estruturas econômicas colocam restrições adicionais tanto à habilidade preditiva obtível com o uso de instrumental econométrico (Lawson, 1989, 1997), quanto à capacidade de reduzi-las à formalização matemática (Dow, 1996: 53) e, no que concerne a questões metodológicas, com relação a qualquer critério falseacionista para a comparação/escolha de teorias econômicas rivais.

Nessas condições, com seu critério de adequação aos aspectos ontológicos do objeto e, por conseguinte, de “profundidade” do poder explicativo das teorias, o Realismo Crítico tanto supera as dificuldades encontradas em metodologias com critérios falseacionistas ou preditivos (Arestis, 1996: 115-116; Lawson, 1997) quanto evita os perigos de um relativismo “vazio” ou niilismo metodológico presentes nas acepções “construtivistas” (Dow, 1996: 43-44; Lawson, 1997). Por isso, entendemos que o Realismo Crítico constitui-se em uma fundamentação filosófica rigorosa, a qual torna possível tanto a compreensão do mundo real quanto, no interior deste, dos fenômenos econômicos. Isto não quer dizer que esta filosofia da ciência e do conhecimento seja a única possível, mas sim que se mostra viável, dentre outras, como alternativa a niilismos e irracionalismos vários.

33 Ou seja, são não ergódicos. Cf. Davidson (1982/83).

Especificamente no que tange à ciência econômica, o Realismo Crítico pode ser percebido como uma maneira viável de se opor a várias concepções metodológicas veiculadas pelo *mainstream economics*, como as pouco ou nada preocupadas com qualquer explicação para os fenômenos, sendo um exemplo notório a instrumentalista, de Friedman (1953), ou as profundamente irracionais, já que unicamente baseadas na retórica, de McCloskey (1983) e de Klamer (1983).³⁴

Considerações finais

Procurou-se, neste artigo, recuperar alguns dos principais desenvolvimentos da metodologia em economia, nos últimos 70 anos, principalmente a partir dos anos 50. Como visto, grande parte deste progresso, até o início dos anos 80, assentou-se sobre as teorias de Popper, Kuhn e Lakatos – com maior participação do primeiro e do terceiro –, além dos autores que seguiram a metodologia friedmaniana.

Com isto, pretendeu-se indicar algumas das bases sobre as quais se estabeleceram, e contra as quais se elevaram, desde os anos 80, alguns dos mais importantes escritos sobre metodologia econômica. É importante frisar que esta área da ciência econômica tem sido alvo de uma grande revivescência, um renovado foco de interesse da parte de muitos economistas, principalmente após o artigo de McCloskey (1983).³⁵ Isto pode ser demonstrado pela proliferação de congressos, simpósios, livros e revistas, que atualmente ocorre nesta área.

Referências bibliográficas

- ARESTIS, Philip. Post-keynesian economic: towards coherence. *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, p. 111-135, 1996.
- BACKHOUSE, Roger E. The lakatosian legacy in economic methodology. In: BACKHOUSE, Roger E. (Ed.). *New directions in economic methodology*. London: Routledge, 1994. p. 173-191.

34 Cf. Sofianou (1995); Stettler (1995) e Dow (1997).

35 Este artigo, como visto, causou grande abalo nas “certezas” do *mainstream*, apesar de ter sido posteriormente incorporado, pelo menos parcialmente, por aquela corrente de pensamento.

- BAERT, Patrick. Realist philosophy of the social sciences and economics: a critique. *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, p. 513-522, 1996.
- BHASKAR, Roy. Beef, structure and place: notes from a critical naturalist perspective. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 14, n. 1, p. 81-95, 1984.
- _____. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 2nd. ed. London: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- BLAUG, Mark. (1980). *A metodologia da economia: ou como os economistas explicam*. São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. Why I am not a constructivist: confessions of an unrepentant popperian. In: BACKHOUSE, Roger E. (Ed.). *New directions in economic methodology*. London: Routledge, 1994. p. 109-136.
- BOLAND, Lawrence. *The foundations of economic method*. London: Allen and Unwin, 1982.
- CALDWELL, Bruce J. Clarifying Popper. *Journal of Economic Literature*, v. 29, n. 1, p. 1-33, Mar. 1991.
- DAVIDSON, Paul. Rational expectations: a fallacious foundation for studying crucial decision-making processes. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 5, n. 2, p. 182-198, Winter 1982-83.
- DE MARCHI, Neil, BLAUG, Mark (Org.). *Appraising economic theories: studies in the methodology of research programmes*. Aldershot: Edward Elgar, 1991.
- DOW, Sheila C. *The methodology of macroeconomic thought: a conceptual analysis of schools of thought in economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.
- _____. Mainstream economic methodology. *Cambridge Journal of Economics*, v. 21, p. 73-93, 1997.
- FEYERABEND, Paul (1970). Consolando o especialista. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 244-284.
- _____. *Against method*. London: Verso, 1975.
- FRIEDMAN, Milton (1953). The methodology of positive economics. In: HAUSMAN, Daniel M. (Ed.). *The philosophy of economics: an anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- GONÇALVES, Robson R. A teoria monetária pós-keynesiana: uma proposta de abordagem metodológica. *Economia & Empresa*, v. 2, n. 4, p. 4-16, out./dez. 1995.
- GOULD, Stephen J. *Dedo mindinho e seus vizinhos: ensaios de história natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- HANDS, D. Wade. Popper and Lakatos in economic methodology. In: MÄKI, Uskali, GUSTAFSSON, Bo, KNUDSEN, Christian (Ed.). *Rationality, institutions and economic methodology*. London: Routledge, 1993. p. 61-75.
- HAUSMAN, Daniel M. Kuhn, Lakatos and the character of economics. In: BACKHOUSE, Roger E. (Ed.). *New directions in economic methodology*. London: Routledge, 1994. p. 195-215.
- HUTCHISON, T.W. (1938). *The significance and basic postulates of economic theory*. New York: Augustus Kelley, 1960.
- JOHNSON, Harry G. The keynesian revolution and the monetarist counter-revolution. *American Economic Review*, v. 61, n. 2, p. 1-14, May 1971.
- KLAMER, Arjo (1983). *Conversas com economistas: os novos economistas clássicos e seus opositores falam sobre a atual controvérsia em macroeconomia*. São Paulo: Pioneira, 1988.
- KUHN, Thomas S. (1970a). Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa? In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 5-32.
- _____. (1970b). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. (1970c). Reflexões sobre meus críticos. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 285-343.
- LAKATOS, Imre (1970). O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: _____, MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 109-243.
- LATSIS, S. J. (Ed.). *Method and appraisal in economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- LAWSON, Tony. Realism and instrumentalism in the development of econometrics. *Oxford Economic Papers*, v. 41, n. 1, 1989.
- _____. *Economics and reality*. London: Routledge, 1997.
- LUCAS JR., Robert E., SARGENT, Thomas J. After keynesian macroeconomics. In: _____, SARGENT, Thomas J. (Org.). *Rational expectations and econometric practice*. London: G. Allen & Unwin, 1981. p. 295-319.
- MACHLUP, Fritz. The problem of verification in economics. *Southern Economic Journal*, v. 22, n. 1, p. 1-21, 1955.
- MASTERMAN, Margaret (1970). A natureza do paradigma. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 72-108.

- MAYER, Thomas. *Truth versus precision in economics*. Aldershot: Edward Elgar, 1993.
- MCCLOSKEY, D. N. The rhetoric of economics. *Journal of Economic Literature*, v. 21, p. 481-517, Jun. 1983.
- POPPER, Karl (1934). *Logik der Forschung*, 1935 (edição inglesa ampliada: *The logic of scientific discovery*. London: Unwin Hyman, 1959).
- _____. (1963). *Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- _____. (1970) A ciência normal e seus perigos. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 63-71.
- RORTY, R. *Consequences of pragmatism*. Brighton: Harvester Press, 1982.
- RUSSEL, Bertrand (1946). *História da filosofia ocidental*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 3 v., v. 3.
- SIMON, Herbert A. (1976). From substantive to procedural rationality. In: LATSIS, S. J. (Ed.). *Method and appraisal in economics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 129-148. Reimpresso em: SIMON, Herbert A. (Org.). *Models of bounded rationality*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1982. 2 v., v. 2., p. 424-443. (Behavioral Economics and Business Organization).
- SOFIANOU, Evanthia. Post-modernism and the notion of rationality in economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, p. 373-389, 1995.
- STETTLER, Michael The rhetoric of McCloskey's rhetoric of economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, p. 391-403, 1995.
- TOULMIN, Stephen (1970). É adequada a distinção entre ciência normal e ciência revolucionária? In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 49-59.
- VASCONCELOS, Marcos R., STRACHMAN, Eduardo, FUCIDJI, J. Ricardo. O realismo crítico e as controvérsias metodológicas contemporâneas em economia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3, Niterói, 1998. *Anais...* Niterói: EdUFF, 1998. p. 23-40. (Reproduzido em *Estudos Econômicos*, São Paulo, USP, no prelo).
- WATKINS, John (1970). Contra a 'ciência normal'. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 33-48.
- WILLIAMS, L. Pearce (1970). Ciência normal, revoluções científicas e a história da ciência. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 60-62.